



ARTIGO

HISTORIOGRAFIA E PÓS-MODERNISMO EM PAUL VEYNE

*Francisco R. Rudiger**

Resumo: Através da análise dos principais escritos de Paul Veyne, o artigo mostra como a preocupação pós-modernista com o conhecimento do cotidiano, contida na chamada epistemologia do senso comum, questiona diversos conceitos do ofício do historiador. Num segundo momento, sublinha-se criticamente os principais preconceitos presentes nessa perspectiva do ponto de vista metodológico.

Palavras-chave: Paul Veyne - pós-modernismo - conhecimento - história - senso comum.

1. Paul Veyne sem dúvida pode ser citado como protótipo do historiador pós-modernista, se a categoria designa, como pretende uma especialista, a condição de quem, diante da falência das grandes narrativas, não obstante postula que, “tanto na historiografia quanto nos romances, as convenções narrativas não são restrições, mas condições que permitem a possibilidade de atribuir sentido à realidade” (HUTCHEON, 1991: 160). Em *Como se escreve a história*, lê-se de fato que essa disciplina não é uma ciência, porque não

* Professor-Assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Filosofia (UFRGS). Doutorando em Sociologia (USP).



explica e não tem método próprio: tudo é histórico e por isso a história não existe. A história só existe no plural, como conjunto de relatos verídicos que transformam certos fatos em acontecimentos; cujo sentido, embora não seja dado pelos fatos, também não deriva de uma perspectiva definida aprioristicamente por uma ciência do homem, depende exclusivamente da reconstrução feita pelo historiador.¹

O historiador constrói seu objeto compondo narrativamente as evidências que consegue coligar, extraindo informações dos testemunhos e documentos que têm o homem como personagem. O campo de estudo da história constitui a realidade humana da qual não temos consciência, um campo dotado da devida materialidade, mas sem sentido, porque, se, por um lado, a preocupação com o específico proíbe que se faça generalizações, por outro, o vivido não é matéria de estudo do historiador. A história lida com documentos, testemunhos e indícios cujo sentido não provém deles próprios, mas do modo como as informações que eles contêm são processadas pela narrativa. O historiador fixa conceitualmente um limite para as mesmas em cada relato, e este limite assinala sua passagem do campo não-factual para o campo dos acontecimentos históricos, do conhecimento da história.

Veyne não desconhece nem teme declarar a conclusão lógica dessa perspectiva: “já que tudo é histórico, a história será o que nós escolhermos”. O realismo aristotélico que comanda a análise ressalva todavia que esse subjetivismo não quer dizer que a história seja arbitrária: “A história é subjetiva: restará que tudo o que as substâncias humanas fazem (...), qualquer que seja o modo considerado, é perfeitamente objetivo” (VEYNE, 1982: 33). Por causa disso, porém, o conhecimento histórico não se opõe absolutamente à opinião, como pretende a filosofia da ciência moderna: o conhecimento histórico é um senso comum esclarecido.

O pesquisador não rompe com as formas de conhecimento vulgar quando estuda o campo dos fenômenos humanos; ele não tem nem pode constituir um sistema teórico-conceitual para construir seus objetos de estudo, porque “os acontecimentos não são

Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne

Francisco R. Rudiger

¹ *Como se escreve a história* foi publicado em 1971. Lidamos com o texto da segunda edição francesa, publicado em 1978. O texto original, cuja confrontação com o citado permitiria um estudo adicional, foi publicado em português por Edições 70 (Lisboa, 1987).



Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne

Francisco R. Rudiger

totalidades, mas núcleos de relações: as únicas totalidades são as palavras ‘guerra’ ou ‘dom’, às quais se pode dar uma extensão grande ou pequena” (VEYNE, 1982: 32).

A história constitui uma forma de saber cujas motivações sem dúvida são estranhas à consciência espontânea, mas esta diferença diz respeito ao grau e não à qualidade da relação que entretém com esta última, porque “os conceitos históricos – sem os quais o historiador não pode passar – pertencem exclusivamente ao senso comum, ou, se eles forem de origem culta, terão o mesmo valor” (VEYNE, 1982: 67). A construção do distanciamento e a forma de aproximação do seu campo de estudo não surgem em decorrência de uma ruptura epistemológica com o conhecimento comum. Os conceitos histórico-sociológicos não designam regularidades sociais que podem ser progressivamente descobertas e modeladas para constituir um paradigma, mas resumos de tramas, fórmulas e esquemas que costuram intelectualmente os dados que o pesquisador livremente faz chegar à consciência.

Por conseguinte, o conhecimento social, contrariamente às pretensões da filosofia da ciência moderna, não se deixa sistematizar, não se deixa prender a nenhum modelo: as modalidades de aproximação do objeto em que se baseia são necessariamente dispersas, carecem de pontos de referência, seja na realidade, seja no conhecimento acumulado pela disciplina, porque, se a realidade carece de identidade, as relações que existem nela são subjetivamente descritas, e o relato dos fatos será o relato que – com base nas evidências – julgarmos mais interessante enquanto homens portadores de certa cultura.

Destarte Veyne esboça uma concepção indisciplinada, pluralista e anti-dogmática do conhecimento histórico-social que nos interessa examinar, na medida em que a rejeição das pretensões teórico-conceituais da ciência social moderna – compartilhada por ele com os filósofos da diferença – converge nela com o projeto de reabilitar o senso comum como código de leitura e forma de aproximação da realidade preconizada por diversos teóricos da ciência pós-moderna.²

² A problemática do pós-modernismo refere-se aqui às transformações no entendimento (conceitual) do saber que acompanham a chamada crise dos metarrelatos verificada na cultura contemporânea, particularmente aquela segundo o qual “caminhamos para uma nova relação entre a ciência e o senso comum, uma relação em que qualquer deles é feito do outro e ambos fazem algo novo”, no sentido de mudar a visão de mundo da sociedade (SOUZA SANTOS, 1988: 171). Conforme nosso modo de ver, proposta parecida, embora distinta no sentido, pensada em função do campo duma ciência social, encontra-se em MAFFESOLI, 1988. A pertinência da discussão do enfoque em relação ao campo da história nos foi sugerida por PETERSEN, 1991.



Nessa tarefa, procederemos em duas etapas: a primeira analisa mais detidamente como a perspectiva do autor se realiza concretamente em suas pesquisas; a segunda, em contraponto, procura mostrar suas deficiências e prejuízos do ponto de vista epistemológico.³

2. Veyne parte da supracitada premissa de que a história não explica e não tem método, não pode ser considerada ciência, conforme supostos e argumentos que não cabe retomar neste espaço. Em função disso, sustenta que qualquer um poderia ser historiador, se escrever a história não supusesse que se tenha uma certa cultura, calçada numa espécie de casuística dos fenômenos humanos. Isto é, um conjunto cada vez mais rico de perguntas sobre um número cada vez maior de coisas, que é certamente mais abrangente que as perguntas que se faz o homem comum, mas que parte de um mesmo tipo de visão.

“A história começa pela visão ingênua das coisas, a do homem comum, dos redatores do *Livre des rois* ou das *Grandes chroniques de France*. Pouco a pouco, por um movimento comparável àquele, não menos lento e irregular, da ciência e da *philosophia perennis*, se dá a conceptualização da experiência. Porém, esse movimento é menos apreensível do que o da ciência ou da filosofia; não se traduz por teoremas, teses ou teorias que se podem formular, combater ou discutir” (VEYNE, 1982: 106).

Destarte, o progresso em história surge nesse enfoque como um senso comum esclarecido, como processo de conceitualização da experiência que, por mais nutrido que possa ser pelas ciências humanas, é formado em última instância pela série de truísmos reinantes no contexto humano vivido pelo historiador, cuja superação não se dá pela crítica teórica, mas pelo enriquecimento da visão proporcionado pelo tempo. Conforme M. Scriven, que nos serve de guia nesse esclarecimento, o *truísmo* não nos diz nada de novo, mas nos diz alguma coisa e essa coisa é suficientemente verossímil para ser aceita por uma comunidade; por isso é uma

Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne

Francisco R. Rudiger

³ Convém notar que não se trata aqui de uma leitura da obra de Paul Veyne. Trata-se sim de discutir uma *questão* que, embora possa ser exemplificada através de alguns de seus textos, não se pretende *a priori* que esgote todas as suas pesquisas.



Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne

Francisco R. Rudiger

explicação “normalmente bem conhecida para que valha a pena mencioná-la e demasiado complexa para permitir uma formulação precisa” (SCRIVEN, 1984: 528).

Os historiadores explicam os fenômenos que estudam, mas seus esquemas correspondem menos à teoria científica do que à máxima auto-evidente, ao truísmo. “Os políticos defendem em primeiro lugar seus próprios interesses”, “o poder corrompe”, “as sociedades se formam, vivem seu auge e depois entram em decadência” são alguns exemplos de idéias que compõem truísmos freqüentemente encontráveis, embora de modo enrustido, nos estudos históricos. Cambises invade e conquista o Egito. O faraó fez a guerra e foi vencido; são coisas que acontecem; levemos a explicação mais longe: o soberano persa deseja aumentar seu território de soberania, porque naquela época o poder se media pela quantidade de terras que se tinha sob jurisdição. A explicação histórica se resume em narrar ou descrever de maneira compreensível a trama dos fatos, sem profundezas, de modo familiar, que não se distingue do gênero de “explicação que se pratica na vida cotidiana ou em qualquer romance em que se narra a vida” (VEYNE, 1982: 53).⁴

Em vista disso, o conhecimento que temos da história não é um conhecimento com valor científico, mas um conhecimento comum esclarecido pelo tempo, que não diz respeito à reestruturação de nossa experiência do real, mas aos critérios de verossimilhança do senso comum, principalmente quando lidamos com as mentalidades, que, de um modo ou de outro, fazem a mediação de todos os demais campos da história. Caso estudemos o fenômeno do ponto de vista de suas articulações coletivas, empregando conceitos, como o próprio autor em foco pretendeu durante certa época, podemos sem dúvida torná-lo compreensível; porém, decidindo-nos a “contar com sensibilidade o conteúdo deste pensamento”, conforme pretende o pós-modernismo historiográfico, “já não podemos compreendê-lo, repensá-lo; as mentalidades parecem então feitas para provar a inacessibilidade de penetração de um pensamento de outrora ou de algures” (VEYNE, 1977: 102).

⁴ O autor parece ter se desembaraçado desta perspectiva durante algum tempo, nos anos 70, externando posições mais próximas ao programa de casamento da história com as ciências sociais proposto pela Escola dos Annales do que ao pós-modernismo *avant-la-lettre* proposto em *Como se escreve a história*. Nesta época, por exemplo, ele opõe a postura científica, explicativa, mas individualizadora, à postura narrativa, passiva e dependente do senso comum, em história (Cf. VEYNE, 1983: 31; 1977: 86). Posteriormente porém, o autor reatou sem dúvida com a perspectiva de seu texto-manifesto. Por outro lado, convém notar que sua preocupação com a conceitualização em história é bastante singular, sendo muito problemática sua compreensão no quadro do conceito mais amplo de teoria (Cf. VEYNE, 1977, *passim*).



3. Em *Acreditavam os gregos em seus mitos?*, Veyne trabalha com uma questão banal que, como ele próprio salienta, qualquer um com o mínimo de cultura histórica responderia, sem maiores dúvidas, com um sim. “Mas é claro que eles acreditavam em seus mitos!” Entretanto, o ceticismo e a ironia comandam a feitura do texto e da própria questão, na medida em que a pesquisa explora a dificuldade em resolver categoricamente um problema que se furta ao tratamento conceitual e ao conceito de verdade. De fato, podemos perguntar que conhecimento podemos ter sobre um tema que, não bastasse ser contraditório, suscita diversas opiniões, caracteriza-se pelo fato de não ter valor-verdade definido pela sociedade. Vale dizer, foge ao campo do conhecimento teórico-conceitual, não comporta qualquer tipo de explicação, precisa ser compreendido segundo os termos do senso comum.

Os mitos colocam um problema geral, mas este problema não pertence ao plano da ciência, é um problema do conhecimento comum.

“Tal como os dorzé que consideram ao mesmo tempo que o leopardo jejua e que é necessário resguardar-se dele todos os dias, os gregos acreditam e não acreditam em seus mitos; acreditam, mas se servem disso e deixam de acreditar no momento em que eles não têm mais interesse [circunstancial] nele” (VEYNE, 1984: 98).⁵

Os gregos acreditam nos seus mitos como nós acreditamos no horóscopo; as pessoas conhecem e se preocupam com o assunto, mas, questionadas seriamente sobre sua crença na coisa, dizem que não acreditam de verdade; elas reconhecem que ele pode ser enganoso e não podem colocar suas vidas sob sua dependência, mas isto não lhes priva a atenção, nem retira o interesse, desde que seja verossímil. Em outros termos, os mitos e o horóscopo são fenômenos para os quais a distinção entre falso e verdadeiro aparentemente não faz diferença. Entretanto, podemos radicalizar o ponto e questionar se a perspectiva não pode ser estendida para a parte majoritária da história.

A história política, por exemplo, não pode pretender explicar verdadeiramente este domínio, na medida em que o comportamento político dos homens não é determinado nem pelas necessidades

Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne

Francisco R. Rudiger

⁵ A perspectiva da linha de pesquisa encetada com este texto é colocada em VEYNE, 1977:102-104.



Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne

Francisco R. Rudiger

sociais, nem pela crença na verdade de certas doutrinas. As pessoas votam, mas isso não significa que acreditem na política; filiam-se a movimentos sociais, mas sabem que eles não cumprem o que prometem, uma vez no poder. A lógica que comanda sua ação, se podemos nos expressar assim, é a do arbítrio compartilhado socialmente, perante a qual a verdade empírica ou doutrinária, que poderia ser explicada teoricamente, vale muito menos do que o conhecimento do senso comum. Veyne cita como exemplo a doutrina do direito divino dos reis e seus diversos correlatos, classificados por ele como hipérboles oficiais de sentimentos que não se explicam por qualquer teoria social, mas por uma espécie de *psicologia anedótica do senso comum*:

“Quando os homens dependem de um homem todopoderoso, eles o enxergam como um homem e vêem nele um simples mortal, conforme a visão dos criados de confiança, mas eles o enxergam também como seu amo e o vêem também como um deus” (VEYNE, 1984: 106).⁶

O campo de estudo da história é atravessado pelas crenças hesitantes, por um constante confucionismo mental, que cria e nos faz acreditar em verdades coexistentes, mas incompatíveis, um mundo sobre o qual não se pode ter um verdadeiro conhecimento, mas somente manter um senso comum esclarecido.

“A vida cotidiana, longe de ser imediaticidade, é o ponto onde se cruzam as imaginações e se acredita ativamente no racismo e nas cartomantes. O empirismo e a experimentação são quantidades negligenciáveis” (VEYNE, 1984: 133).

A reflexão histórica consiste conseqüentemente em dizer a verdade sobre as verdades, que nada é verdadeiro ou falso, tudo depende do senso comum; tudo depende de crenças contraditórias, que podem ser descritas conforme o senso comum de cada época, desde que estejamos dispostos a confrontá-lo com o nosso, sem a pretensão de chegar à verdade. Os homens vinculam necessariamente sua ação ao pensamento, mas não temos meios de definir nem o conteúdo real desse último, nem os fatores que determinam a primeira; “será vão nos obstinarmos em decidir qual era ‘o’ verdadeiro pensamento destes homens e não é menos inútil querer

⁶ Uma tentativa de demonstração da tese pode ser encontrada em VEYNE, 1976:660-675.



resolver o seu contraditório atribuindo um à religião popular e o outro à classe social privilegiada” (VEYNE, 1984: 105).

4. Em função disso, cabe perguntar que conhecimento podemos ter da história, quando não se consegue estabelecer o verdadeiro e o falso, não nos restando como resposta senão dizer que se trata do verossímil, do que se compreende suficientemente pelo senso comum. Noutros termos, somos forçados a concluir que não podemos fazer história senão recusando o saber teórico, enfocando a parte majoritária dos fenômenos culturais como fenômenos que não se enquadram no domínio do falso, nem do verdadeiro; não devem ser tidos como domínios de conhecimento que se justificam por alguma razão, de modo que agora se torna “necessário fazer uma cruz sobre tudo o que nos ocupa há alguns decênios: ciências humanas, marxismo, sociologia do conhecimento” (VEYNE, 1984: 137).⁷

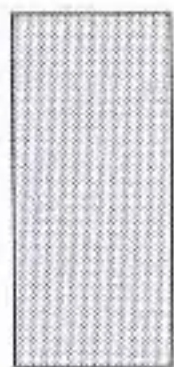
Os historiadores terceiro-mundistas procuram se valer da teoria da dependência para mostrar o papel da aculturação no processo do subdesenvolvimento, mas isso não passa de tolice pretensiosa e proselitismo intelectual, que meramente sinaliza a desconformidade dos diversos racionalismos com as banalidades da história, porque, como parece claro para todo mundo, “o verdadeiro drama” dos países em questão “é a desigualdade econômica, e não a perda de uma quimérica identidade” (VEYNE, 1982b: 121).

A história não pode dispensar as generalizações, mas os fatos universais que lhe dizem respeito pertencem ao senso comum, conforme ilustra Veyne. O autor geralmente se refere às épocas passadas na terceira pessoa do plural; o *nós* é constantemente empregado como ponto com base no qual se contrasta o passado, mas não no sentido de situar-nos numa linha de desenvolvimento ou ruptura com o movimento histórico. A finalidade é desenvolver um senso comum esclarecido que, sem negar um certo tipo de universalidade, recusa os conceitos gerais da razão.

Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne

Francisco R. Rudiger

⁷ Cf., nesse sentido, o estudo da literatura erótica romana, feito conforme os termos de uma *semiótica prosaica*, em detrimento do *racionalismo sociológico*, realizado em VEYNE, 1985.



**Historiografia e pós-modernismo
em Paul Veyne**

Francisco R. Rudiger

Em seu texto sobre a helenização dos romanos, por exemplo, o autor trabalha com um “fato geral de civilização”, mas o coloca sob dependência do que chama de *casuística histórica*, capaz de compreender o fenômeno mediante as categorias do conhecimento ordinário. Os processos de aculturação podem ser penetrantemente tratados pelo racionalismo sociológico, quem sabe mesmo questionados do ponto de vista de uma teoria da dependência, mas estas perspectivas têm um cunho formal, perdem-se em complicações desnecessárias. Na Roma antiga, a “grecomania” começou em seguida à conquista dos Estados helenísticos, quando helenizar-se era “fazer carreira na vanguarda”. A explicação é simples, e pode ser dada com termos ainda mais próximos do nosso conhecimento ordinário:

“Se um novo rico, tendo adquirido um castelo histórico, com uma grande coleção de quadros e uma adega, cresce de acordo com as dimensões de sua fortuna para dela ser digno, e se inicia na gastronomia e na pintura, isto prova ao menos que ele não se definiu a si próprio pelo ofício que exerce, mas se considera como um homem de modo geral; prova também que para ele os quadros somente começam a existir a partir do momento em que passa a possuí-los” (VEYNE, 1982b: 112).⁸

As construções teóricas e os conceitos sistemáticos que os historiadores reivindicam são formas de placebos científicos, que escondem o caráter prosaico e banal do conhecimento histórico. O campo social-histórico não se deixa reger por esquemas, confeccionados por quem cria falsos problemas só porque pensa que tem sua verdadeira solução. Os racionalismos históricos (marxismo, liberalismo, positivismo, etc.) são uma tentativa de dar sentido transcendente a fenômenos que podem ser suficientemente explicados através do senso comum.

O mito pode ser compreendido nos termos do horóscopo, porque “quando uma coisa está separada de nós por abismo, não sabemos se acreditamos ou não” (VEYNE, 1984: 40); a democracia antiga nos termos da militância, porque, quando se milita, “cada um deve fazer para os seus tudo o que pode, e não medir mesquinamente a cota que lhe cabe” (VEYNE, 1984b: 63). Os filósofos gregos

⁸ Vide, em contraste com estes termos da problemática da aculturação, o estudo metodológico sobre o mesmo assunto escrito por Natan Wachtel (*In: L E GOFF e NORA, 1977:149-172*).



criticavam a democracia ateniense. Para o historiador pós-modernista, as razões disso não devem ser procuradas na estrutura social ou mental da época, mas no sentimento corrente ontem, como hoje, de que “os intelectuais são medrosos e prosélitos; menos sensíveis às agregações que os políticos” (VEYNE, 1984b: 81).⁹

A perspectiva em foco torna-se ainda mais explícita quando consideramos a contribuição do autor ao livro *Sexualidades ocidentais*. Veyne analisa de que modo os romanos conviviam com a homossexualidade, explorando a perspectiva revisionista contida no saber histórico moderno de modo pós-modernista; isto é, com uma proposta que visa menos à crítica do passado do que à reiteração esclarecida do conhecimento ordinário cotidiano. Conforme procura mostrar, os romanos não eram mais ou menos liberais em relação ao assunto em foco do que nós – sua visão era simplesmente tão mítica ou comum quanto a nossa, embora de maneira diversa, devido às circunstâncias da época. Desconsideremos essas circunstâncias, que suscitam toda série de fabulações contraditórias do senso comum, e descobriremos ali, como alhures, uma homofilia que seria ao mesmo tempo o estado normal da sexualidade humana e a profissão de “uma minoria consistente, que terá um pendor apaixonado apenas por rapazes” (VEYNE, 1985b: 48).

Vale dizer, a sexualidade romana, não menos que os mitos gregos e demais partes majoritárias do passado, constitui matéria sobre a qual não convém trabalhar com esquemas conceituais e chaves de explicação teórica, nem se deve buscar grandes verdades, na medida em que sua dinâmica se estrutura basicamente no domínio do verossímil e sua compreensão requer apenas bom senso.

Veyne sustenta por conseguinte que a história explica o que é óbvio por si e o que pode ser esclarecido pelo senso comum e, portanto, dispensa o conceito de ciência.¹⁰

Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne

Francisco R. Rudiger

⁹ Vide também a subestimação ordinária das tentativas de explicar a literatura erótica romana pelo conceito de ideologia em VEYNE, 1985:150-151. “O texto literário (...) é escrito só para agradar” (p.151).

¹⁰ Em *A elegia erótica romana*, o postulado reaparece numa forma variante, que mescla gotas de Castoriadis, Maffesoli e Nietzsche: a historiografia e a historicidade são *invenção* (pp. 264-265).



Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne

Francisco R. Rudiger

5. Segundo Linda Hutcheon, a conjuntura cultural que chamamos de pós-modernista caracteriza-se por uma poética que, constatada a falência das meganarrativas, “recusa a visão de que apenas a história tem uma pretensão à verdade, por meio do questionamento da base dessa pretensão na historiografia e por meio da afirmação de que tanto a história como a ficção são discursos, construtos humanos, sistemas de significação, e é a partir dessa identidade que as duas obtêm sua principal pretensão à verdade” (HUTCHEON, 1991: 127).

A perspectiva relaciona-se com uma preocupação em duvidar ceticamente do projeto epistêmico no moderno conceito de história que, mediada pelo esforço no sentido de reabilitar o senso comum como código de leitura do real, revela-se de maneira muito clara, conforme tentamos mostrar através da análise de alguns escritos centrais da obra de Paul Veyne.

O princípio da ruptura epistemológica com o senso comum e a construção de perspectivas paradigmáticas buscada pela ciência moderna, por razões internas e extra-científicas, entrou em crise. A racionalidade científico-tecnológica fez mais que desvincular o conhecimento do cotidiano: tornou-se incapaz de compreendê-lo; por isso a maneira de reconciliar o saber com a vida e o cotidiano com o conhecimento passa necessariamente por uma reabilitação do senso comum como forma de aproximação da realidade: é esse o espírito do saber pós-moderno, segundo Boaventura de Souza Santos (1988).¹¹

Klaus Tenfeld sustenta nessa perspectiva que a história em particular não pode negar o pós-modernismo como simples modismo, na medida em que o trabalho epistemológico da primeira sempre se alimenta das perspectivas de orientação que se originam do presente. Conforme o autor: “descobrir o ‘mundo do cotidiano’ como um contramundo, como um mundo diferente, mas próprio, altamente subjetivo, e que foi esquecido, soterrado e evitado pelos historiadores profissionais, isto parece refletir algo mais do que uma tendência do mercado livreiro ou uma onda de interesse pela história. Está se delineando uma nova história e um novo interesse pela história” (TENFELD, 1984: 3).

¹¹ O entendimento não exclui outros, conflitando de maneira especial com aquele onde, contrariamente, sustenta-se, por exemplo, que “os parâmetros de operatividade” da ciência pós-moderna na verdade são “tecnológicos”, relacionam-se mais e mais com a “otimização de performances” (Cf. LYOTARD, 1986). Por outro lado, convém notar que a discussão das conexões entre pós-modernismo e história não se esgotam na chave de leitura proposta em nosso texto, pois constitui matéria sem limites definidos, conduzida em diversas direções (Cf. ANKERSMITT, 1989; RUSEN, 1989).



O problema todo deriva do fato de que as respostas que se podem dar a este interesse dependem, a nosso ver, de uma reflexão sobre os fundamentos teóricos do saber histórico. A historiografia pós-modernista pretende satisfazer as novas necessidades de orientação histórica passando por alto esta questão, considerada prejudicial ao próprio interesse que seu esforço responde. Entretanto, isto não significa que sua perspectiva passe pelo ponto sem discussão, como se pode demonstrar através de uma crítica não obstante sumária às proposições teóricas que embasam as diversas manifestações da mesma formuladas por Veyne.¹²

Veyne declara de fato que o neo-historicismo pós-moderno distingue radicalmente os fatos da escrita da história. O conhecimento histórico é criativo porque a prática do historiador – desde que corretamente compreendida – é livre de toda e qualquer estrutura apriorística de sentido, seja de um pretendido referencial teórico, seja da própria história. Entretanto, seus textos não são ontologicamente neutros, como sugerem suas declarações programáticas. *Como se escreve a história* vale-se à primeira vista do realismo aristotélico, mas de fato é o espírito nietzschiano que se pode resgatar com maior razão em suas páginas, quando comparamos suas proposições com os estudos históricos realizados pelo autor. O recurso ao senso comum como código de leitura alternativo do real é solidário da pré-compreensão hermenêutica (conceitual e apriorística) do mundo humano como “construção intelectual, feita a golpes de princípios e conceitos culturalmente herdados”, que aliás não é mais “completo e coerente que as imagens científicas do mundo” (VEYNE, 1976: 665).

Por conseguinte, a separação da história do historiador que ele pretende não se consuma. Segundo seu entender, a realidade social carece de identidade porque “vivemos sem saber formular a lógica de nossos atos”. A consciência de que dispomos é sempre menor do que a extensão de nosso comportamento. O homem faz muito mais do que tem consciência, relaciona-se com os seres e as coisas em um número de planos muito maior do que tem vontade. Logo, os conceitos histórico-sociológicos não são resumos de

Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne

Francisco R. Rudiger

¹² Procuramos desenvolver uma crítica às tendências semelhantes que se manifestam no quadro de uma teoria social em “Massa e civilização: leitura de Michel Maffesoli” (RUDIGER, 1991).



Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne

Francisco R. Rudiger

¹³ O leitor menos avisado pode não perceber, mas “vivemos sem saber formular a lógica de nossos atos” ou “a ação do homem ultrapassa consideravelmente a consciência que ele toma dela” (VEYNE, 1982:99) não são proposições epistemológicas ou históricas, constituem proposições teóricas que delimitam e de certa maneira definem previamente a forma de aproximação do pesquisador ao seu campo de estudo.

¹⁴ A propósito disso, escreve-se corretamente que “apesar das suas incitações à modéstia e à prudência, este gênero de ceticismo não tem nada a ver com o falibilismo; e permite afirmar que, na realidade, chegamos a uma verdade suprema e definitiva, a que nos permite saber agora que nossas mais inquebrantáveis crenças em vigor são falsas. Porém essa é uma verdade com a qual nada podemos fazer, posto que a história nos ensina que todos os produtos da imaginação humana são igualmente irracionais, arbitrários e imperfeitos” (BOUVERESE, 1984: 167).

trama por simples curiosidade para com o específico, como diz o autor: em suas próprias pesquisas reintroduz-se involuntariamente um certo apriorismo, que vincula a construção dos conceitos com certos princípios que hipoteticamente governam a construção e o conhecimento do mundo humano.¹³

Por isso convém ver com ressalva a suposta transcendência do criticismo moderno pretendida pelos escritos do historiador. Como vários pós-modernistas, o autor rejeita o emprego de conceitos teóricos (capazes de estabelecer um distanciamento com a realidade imediata), pregando seu entendimento em termos ordinários. Porém, a perspectiva crítica, que constitui um componente definidor da moderna prática da história (seja como crítica documental, ideológica, social, etc.), não é banida dos seus procedimentos; malgrado sua vontade, ela se encontra neles travestida de desconstrução do moderno paradigma historiográfico que se libera de qualquer componente auto-reflexivo. Conforme seu modo de ver, a história não tem poder de conscientização diverso do senso comum; as concepções teóricas são especulações sofisticadas que mistificam fenômenos passíveis de compreensão apenas com as categorias do conhecimento cotidiano. Entretanto, o procedimento não é sustentado de maneira auto-suficiente, mas em polêmica com o saber histórico que procura transcender o senso comum e articular um plano de leitura e uma problematização mais complexa do real, de modo que suas perspectivas de pesquisa não deixam de conter uma modalidade (denegada) de conceitualização crítica.

O pós-modernismo em questão expõe resultados que, como ele mesmo reitera em sua crítica à modernidade, são fruto de determinadas estratégias de construção do conhecimento histórico que, no seu caso, valem-se das regras que as comandam para tentar provar polemicamente a falta de fundamento racional deste próprio conhecimento, conforme uma perspectiva hiper-relativizadora que não só procura desconhecer o fato de ser também uma construção como, procedendo deste modo, não sabe, nem pode, justificar seu próprio projeto, reivindicar alguma razão.¹⁴ Neste particular, cabe perguntar que projeto humano pode conter esta perspectiva, qual é



a ética que ele pode sustentar e que tipo de conscientização ele pode produzir, desde que, é claro, estas perguntas ainda façam sentido; porque, se não fazem, também não o faz considerar como matéria de esclarecimento e debate (literário, especulativo ou científico) a própria contribuição pós-modernista à compreensão da vida social-histórica.

O saber histórico por mais de uma vez tornou o passado uma coisa insossa e sem interesse, devido ao emprego excessivamente abstrato de conceitos teóricos e esquemas estatísticos, mas isso também pode acontecer quando os historiadores se preocupam excessivamente em descrever simpaticamente o modo como as pessoas vivenciam o cotidiano, empregando apenas as categorias do senso comum. A historiografia não pode romper com a linguagem ordinária, sob pena de perder a comunicação com o público, mas também não pode se confundir com ela, renunciando a forjar suas próprias categorias de análise dos fenômenos socioculturais, sob pena de perder sua especificidade como experiência e forma de conhecimento da realidade.

O esclarecimento do senso comum pelo próprio senso comum se baseia numa supervalorização desta categoria que pode ser tão enganadora em relação à natureza do conhecimento histórico quanto a conscientização pretendida pelos esquemas teóricos, na medida em que o reconhecimento do caráter prosaico e banal do raciocínio cotidiano tende a desconhecer suas tentativas de superar este próprio caráter, de modo que tal supervalorização, ao invés de esclarecer, pode resultar numa banalização em segundo grau do próprio senso comum.

No mesmo sentido, pode-se supor que o contraste do passado com nosso conhecimento ordinário como técnica de preservação da polifonia e alteridade do primeiro – conforme um cálculo que pretensamente evitaria a prefixação da singularidade temporal dos fenômenos em foco no quadro reducionista dos conceitos, dado o cunho vago fluido, ambíguo e incomensurável do conhecimento cotidiano – pode gerar conclusões apressadas que, ao invés de sublinharem as diferenças entre o passado e o presente, são capazes de gerar, sim, sua completa indiferença ou confusão.¹⁵

Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne

Francisco R. Rudiger

¹⁵ Nesse caso, a historiografia pós-modernista entra aliás em rota de colisão com o programa proposto em *O inventário das diferenças*.



**Historiografia e pós-modernismo
em Paul Veyne**

Francisco R. Rudiger

Finalmente, convém notar que o emprego do senso comum, quando não é controlado por uma consciência metodológica crítica e auto-reflexiva, pode ser tão racionalizador quanto o emprego de saber teórico, porque, seja num caso, seja no outro, o problema não é o método ou técnica de estudo da história, mas a pretensão do historiador em reduzir os fenômenos em foco a uma categoria (qualquer que seja), pondo fim à tensão entre sujeito e objeto, que nunca se fecha plenamente ao conhecimento.

Destarte, podemos concluir que a comprovação de que a história contém estruturas antropológicas dependentes do senso comum, as quais não se subsumem à socialização racional, não exige necessariamente que o seu conhecimento adote este ponto de vista. Pelo contrário, possuímos numerosos argumentos para supor que somente rompendo criticamente com suas certezas e contradições teremos condições de compreender qual é o cunho de sua dinâmica social e os limites que esta dinâmica impõe à razão histórica.■

RUDIGER, Francisco R. Historiography and post-modernism in Paul Veyne. **Plural**; Sociologia, USP, S. Paulo, 2: 1-17, 1.sem. 1995.

Abstract: This article shows how post-modernism concern about knowledge of everyday life, with its common sense epistemology, challenges several concepts of the Historian's craft, through Paul Veyne analysis. In a second moment, it stresses critically the core prejudices that exist in this insight from a methodological point of view.

Uniterms: Paul Veyne - post-modernism - knowledge - history - common sense.



BIBLIOGRAFIA

Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne

Francisco R. Rudiger

- ANKERSMITT, Peter. Historiography and postmodernism. In: *History and Theory*, 28 (1989) : 137-153.
- BOUVERESE, Jacques . *Le philosophe chez les autophages*. Paris, Minuit, 1984.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Imago, 1991.
- LE GOFF, J. e NORA, P. *Fazer história: novos problemas*. Lisboa, Bertrand, 1977.
- LYOTARD, J. François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.
- MAFFESOLI, Michel . *O conhecimento comum*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- PETERSEN, Sílvia . *O cotidiano: fundamentos teórico-metodológicos para seu estudo*. Porto Alegre, UFRGS/CPG-História, 1991 (Cadernos de Estudo Nº 3).
- RUDIGER, Francisco . Leitura de Michel Maffesoli. *Veritas*, 141 (1991):47-62.
- RUSEN, Jorn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade. *História - Questões e Debates* 10 (1989) : 303-328.
- SOUZA SANTOS, Boaventura. *Introdução a uma ciência pós-modernista*. Porto, Afrontamento, 1988.
- SCRIVEN, Michael. Os truismos como base das explicações históricas. In: GARDINER, Patrick: *Teorias da história*. Lisboa, Calouste-Gulbenkian, 1984.
- TENFELD, Klaus. Schwierigkeiten Mit Den Alltag. In: *Geschichte und Gesselschaft*, 10 (1984): 376-394 (Tradução: René Geertz, 1990).
- VEYNE, Paul . *Le pain et le cirque*. Paris, Seuil, 1976.
- _____. *A história conceptualizante*. In : LE GOFF, J. e NORA, P. *Fazer história*. Lisboa, Bertrand, 1977.
- _____. *Como se escreve a história*. Brasília, UNB, 1982.



**Historiografia e pós-modernismo
em Paul Veyne**

Francisco R. Rudiger

- . A helenização de Roma e a problemática das aculturações. *Diógenes*, 3 (1982b):105-125.
- . *O inventário das diferenças*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- . *Acreditavam os gregos em seus mitos?* São Paulo, Brasiliense, 1984.
- . Os gregos conheceram a Democracia. *Diógenes*, 6 (1984b):57-82.
- . *A elegia erótica romana*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- . A homossexualidade em Roma. In: ARIÉS, Philippe e BÉJIN, André (eds.). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo, Brasiliense, 1985b.